

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.650 - SP (2019/0238608-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : MADALENA LUIZ DA SILVA
ADVOGADO : RAFAEL DA SILVA CATARINO E OUTRO(S) - SP359763
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 8º, DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE NO CASO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. ACÓRDÃO A *QUO* EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 186):

APELAÇÃO. Ação visando a condenação do banco réu a limitar o valor das parcelas dos empréstimos em 30% da remuneração, além de evitar a inscrição do nome da autora no rol de inadimplentes. Sentença que julgou improcedentes os pedidos. Apelo da requerente. Com razão em parte. Preliminar. Concessão dos benefícios da gratuidade processual. Mérito. Limitação dos descontos referentes a empréstimos consignados em folha e em conta corrente a 30% dos vencimentos líquidos percebidos.

Possibilidade. Verba de caráter alimentar. Incidência do princípio da razoabilidade. Prevalência da Lei Federal nº 10.823/2006 sobre o Decreto Estadual nº 51.314/2006, revogado pelo Decreto Estadual nº 61.470/2015 quanto ao desconto de 50%. Vedação à abusividade. Respeito ao princípio da hierarquia legislativa. Não há nenhuma violação aos artigos 313 e 314, ambos do Código Civil, bem como aos princípios da boa-fé e da pacta sunt servanda. No valor do empréstimo consignado já estão calculados os juros de acordo com o estabelecido no contrato. Não cabe ao banco cobrar juros além dos já contratados. Inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes. Descabida restrição à inscrição da requerente nos órgãos de proteção ao crédito. Em havendo insuficiência de fundos em conta até o limite ora fixado, nada obsta ao banco réu exercer seu regular direito de cobrança em face da devedora. Sentença em parte reformada. Banco réu condenado a arcar integralmente com os ônus decorrentes da sucumbência. Apelo parcialmente provido, com determinação.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões da presente irresignação, a recorrente sustenta ofensa ao artigo 85, *caput* e § 2º, do CPC/2015, sob os seguintes argumentos: (a) "os honorários advocatícios de demandas análogas DEVEM, sem margem de discussão, ser fixados entre 10% a 20% sobre o valor da causa atualizado, sob pena de absoluto retrocesso à era 'Buzaid'" (fl. 212); e (b) "tem-se por notório que o Tribunal "a quo" mal decidiu quando, na contramão

do melhor direito, entendeu por bem que a presente demanda judicial não apresenta elementos concretos para viabilizar a fixação de honorários com base no valor da causa, haja vista ser pacífico, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, que o valor da causa de em ações análogas deve guardar relação com a soma dos contratos discutidos em juízo e, não por acaso, deve ser ele usado como base de cálculo quando da fixação dos honorários sucumbenciais" (fls. 213-214).

Sem contrarrazões.

Juízo negativo de admissibilidade, pela Corte *a quo*, às fls. 218-219.

Interposição do agravo previsto no artigo 1.042 do CPC/2015, às fls. 221-225, e sua conversão em recurso especial à fl. 235.

É o relatório. Passo a decidir.

O presente recurso não merece prosperar.

No caso, registrou o Tribunal de origem que (fl. 195):

[...]

Consequentemente, tendo em vista o artigo 86, parágrafo único do Código de Processo Civil (já que a apelante apenas decaiu do pedido de proibição de eventual inscrição de seu nome no rol de inadimplentes), somente o banco recorrido deve ser condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, com correção monetária desde o efetivo desembolso pela parte contrária, em conformidade à Tabela Prática de Atualização de Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, além de honorários advocatícios fixados em R\$ 2.500,00, com fulcro no artigo 85, §8º, do CPC, tendo em vista a natureza e a importância da causa; o que já inclui o trabalho adicional nesta fase via recursal. Ressalta-se que valor inferior não seria apto a remunerar o trabalho do profissional que atua em favor da apelante.

[...]

Ainda, em sede de embargos declaratórios, consignou que (fls. 205-206):

[...]

Insta salientar que em razão da simplicidade da causa e ausência de dilação probatória, não seria possível a fixação de honorários em percentual incidente sobre o valor da causa (R\$ 99.596,79 - fls. 13 do feito principal), sob pena de violação do princípio da razoabilidade. Ora, haveria uma considerável desproporção entre a complexidade do trabalho desenvolvido pelo patrono e os honorários arbitrados.

[...]

No mister, a Primeira Turma deste STJ já decidiu no sentido de que o novo regramento sobre fixação de honorários a partir da apreciação equitativa dos autos, tal como trazido pelo art. 85, §8º, do CPC/2015 não é absoluto e exaustivo, sendo passível de aplicação em causas em que o proveito econômico não é inestimável ou irrisório ou, ainda, em que o valor da causa não é muito baixo. É que, do contrário, estar-se-ia diante de um excessivo apego à literalidade da lei. “Seria um demasiado amor ao formalismo, desconsiderando a pressão dos fatos processuais, em apreço ao cumprimento da lei em situação que revela a sua acintosa inadequação. 5. O art. 1º do Código Fux orienta que o processo civil observe princípios e valores, bem como a lei, significando isso a chamada justiça no caso concreto, influenciada pelas características e peculiaridades do fato-suporte da demanda, o que deve ser adequadamente ponderado.” (REsp 1771147/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 25/9/2019)

Da mesma forma, nota-se recente julgado da Segunda Turma desta Corte

Superior (REsp 1.789.913/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 11/3/2019), no qual se firmou entendimento no sentido de que o juízo equitativo do § 8º do art. 85 do CPC/2015 deve ser empregado tanto na hipótese do valor da causa ser irrisório como no caso em se apresente exorbitante, atentando-se aos princípios da boa-fé processual, independência dos poderes e da isonomia entre as partes.

Na oportunidade, aquele órgão julgador firmou: “5. A regra do art. 85, § 3º, do atual CPC - como qualquer norma, reconheça-se - não comporta interpretação exclusivamente pelo método literal. Por mais claro que possa parecer seu conteúdo, é juridicamente vedada técnica hermenêutica que posicione a norma inserta em dispositivo legal em situação de desarmonia com a integridade do ordenamento jurídico. 6. Assim, o referido dispositivo legal (art. 85, § 8º, do CPC/2015) deve ser interpretado de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ, que havia consolidado o entendimento de que o juízo equitativo é aplicável tanto na hipótese em que a verba honorária se revela ínfima como excessiva, à luz dos parâmetros do art. 20, § 3º, do CPC/1973 (atual art. 85, § 2º, do CPC/2015). 7. Conforme bem apreendido no acórdão hostilizado, justifica-se a incidência do juízo equitativo tanto na hipótese do valor inestimável ou irrisório, de um lado, como no caso da quantia exorbitante, de outro. Isso porque, observa-se, o princípio da boa-fé processual deve ser adotado não somente como vetor na aplicação das normas processuais, pela autoridade judicial, como também no próprio processo de criação das leis processuais, pelo legislador, evitando-se, assim, que este último utilize o poder de criar normas com a finalidade, deliberada ou não, de superar a orientação jurisprudencial que se consolidou a respeito de determinado tema.”.

No mesmo sentido, veja-se ainda:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONDENAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. ARBITRAMENTO POR CRITÉRIOS DE EQUIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Turma do STJ já declarou, recentemente, que a interpretação literal do dispositivo não pode ser realizada isoladamente, razão pela qual o arbitramento do valor a partir de critérios equitativos deve ser, também, observado.

2. O Tribunal de origem utilizou-se da apreciação equitativa, prevista no art. 85, § 8º, do CPC/2015, valendo-se dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. Aplica-se o entendimento desta Corte no sentido de que, na apreciação equitativa, o magistrado não está restrito aos limites percentuais estabelecidos no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil/2015, e que a sua revisão implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1487778/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/9/2019)

Nesse diapasão, evidencia-se que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ, impondo-se sua manutenção.

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator